

Aluizio acha que fica no ministério

Brasília — Luciano Andrade

Silêncio de
Sarney deu ¹³ OUT 1987
tranquilidade

BRASÍLIA — Com a tranquilidade de quem se acha garantido no cargo, o ministro Aluizio Alves foi às 10h para o Ministério da Administração, onde duas secretárias o aguardavam para trabalhar. Ele está convencido de que não sai porque viajou semana passada com o presidente José Sarney para Natal e este não lhe comunicou nada.

Na avaliação de Aluizio, o silêncio de Sarney significa o arquivamento do projeto do Gabinete Civil da Presidência da República para fundir o Ministério da Administração com a Secretaria de Planejamento e criar a Secretaria de Planejamento e Administração Pública. "O presidente não extinguiria um ministério que ele mesmo transformou em pasta extraordinária", observou.

Segredo — Aluizio não acredita que Sarney anuncie a reforma ministerial antes de embarcar, nesta quarta-feira, para a Venezuela. Argumenta que como o presidente viajará um dia depois da reunião da executiva nacional do PMDB, que decidirá sobre o apoio ao governo, não deixaria pronta uma reforma que pode não ser do agrado do partido.

Durante os três dias em que Sarney estiver fora do Brasil, o deputado Ulysses Guimarães exercerá a Presidência da República. "O presidente não deixaria para o dr Ulysses o problema jurídico de realocar o funcionalismo que ficará deslocado com a extinção de órgãos públicos", entende Aluizio.

Outra convicção do ministro é de que a reforma administrativa anunciada pelo presidente não é urgente, podendo



Aluizio: presidencialismo e mandato de 5 anos

ser realizada quando ele voltar da Venezuela. De concreto, o que o governo divulga é apenas que órgãos desnecessários e de funções redundantes, como o Incra, serão extintos. O ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, telefonou neste fim de semana para Aluizio Alves, marcando para hoje um encontro a fim de discutir um organograma para a compatibilização do Incra com o Mirad. Mas, de olho no que aconteceu ao ex-ministro Roberto Gusmão, que quando ocupava a pasta da Indústria e Comércio quis extinguir o IAA e o IBC e foi derrotado por pressões políticas, o governo manterá em segredo, nesta fase, os órgãos que pretende extinguir.

Reunião — O fator determinante da reforma é a reunião que a executiva nacional do PMDB realiza amanhã, a fim de decidir se apóia integralmente o documento em que o presidente pede apoio político para governar. A única resistência detectada até agora entre os governadores é a de Fernando Collor de Melo, de Alagoas, que insiste no mandato de quatro anos no poder. Os outros governadores já emitiram para

Ulysses Guimarães sinais de que apóiam o presidente. Como as bancadas estaduais tendem a segui-los, começa a vingar a idéia de que serão desnecessárias as assinaturas pretendidas por Sarney.

Tanto Ulysses Guimarães, quanto o líder do PMDB, na Câmara, deputado Luís Henrique e o ministro Aluizio Alves, ativo participante das articulações em torno desse documento, têm argumento contra os que entendem que a executiva do PMDB não pode atropelar o que decidiu a convenção em julho. Naquela ocasião, os convencionais decidiram deixar para o plenário da Constituinte decisão final sobre o mandato do presidente da República e o sistema de governo.

A versão da direção do PMDB é de que a convenção decidiu isso apenas sem tese e com vistas ao futuro. A convenção não teria deliberado sobre o que dispõe a Constituição em vigor e, portanto, a executiva nacional estaria agora liberada para decidir se Sarney deve governar cinco anos, com presidencialismo.